

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia**  
**26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

GT 27 Desigualdades e Estratificação: analisando sociedades em mudança

**Classes médias e classes baixas: uma correlação entre a dinâmica da desigualdade  
de renda e das classes entre a base e o meio da pirâmide<sup>1</sup>**

*Jana Martins Leal*

IESP-UERJ

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado dos esforços intelectuais tecidos ao longo da disciplina “Classes médias no Brasil e no mundo globalizado”, ministrada pelo Prof. Adalberto Cardoso, no 2º semestre de 2016, no IESP-UERJ. Gostaria, assim, de agradecer ao Prof. Adalberto Cardoso, bem como aos colegas da turma, pelo ambiente intelectual frutífero que se estabeleceu ao longo do curso que me possibilitaram desenvolver este trabalho.

## 1) Introdução

O Brasil tem passado por significativas transformações sociais ao longo dos últimos quarenta anos. Pelo menos desde a década de 1970, constataram-se expressivas mudanças que fizeram as desigualdades sociais, em suas múltiplas dimensões, diminuírem no Brasil. Houve, por exemplo, uma expansão gradual da oferta de serviços básicos como o acesso à água e à luz elétrica para as diversas regiões do país, o que contribuiu para a diminuição das desigualdades regionais (ARRETCHE, 2015). Em termos educacionais, a expansão do sistema educacional de nível básico, levou à diminuição da desigualdade de oportunidades para acessar essa etapa do ensino (RIBEIRO, C.; CENEVIVA, R. e BRITO, M., 2015). Além disso, a população de mais de 18 anos que chegou ao ensino médio pulou de 6,2 milhões em 1980 para 39,7 milhões em 2010 e a que possui ensino superior passou de 3,4 milhões para 21,5 milhões nesse mesmo período (ARRETCHE, 2015). Estes dados demonstram, portanto, que houve uma sensível melhora das desigualdades, em múltiplos sentidos, ao longo desse período no Brasil.

A década de 2000 se caracterizou por ter intensificado o movimento de diminuição das desigualdades, em suas múltiplas dimensões, no país (RIBEIRO, 2014). Houve, nesse período, uma queda na desigualdade de acesso ao ensino médio por grupos de cor (LIMA e PRATES, 2015) e de acesso ao ensino superior, já que no início dos anos 2000, o percentual de jovens entre 18 e 24 anos nas universidades era de 9,2% e em 2013 era de 16,5% (PNE *apud* Lima 2016). Também ocorreu, nesse período, a universalização, em termos regionais, de acesso a serviços básicos, como água e luz, com a inclusão da região nordeste (ARRETCHE, 2015). Além disso, um aumento sistemático do salário mínimo e diminuição do desemprego promoveram a recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, permitindo uma considerável parcela da população ultrapassar a condição de pobreza (POCHMANN, 2012).

É interessante observar que tenha surgido, nesse período, o debate em torno da “nova classe média” brasileira. A intensificação das mudanças econômico-sociais desse período teria possibilitado, segundo Neri (2008a, 2008b, 2010, 2011) a mobilidade ascensional das classes mais pobres e, dessa forma, forjado o aumento da “Classe C” ou

da nova classe média no país<sup>2</sup>. No entanto, a hipótese da “Classe C” se configurou como uma verdadeira ficção econômica<sup>3</sup> e o debate em torno desse tema se mostrou permeado por polarizações político-ideológicas e fragilidades teóricas. A definição da Nova Classe Média ou “Classe C” também não dialogava com as definições sociológicas da noção de classe (SCALON & SALATA, 2012) e acabava por trazer uma noção empobrecida da realidade social (SOUZA, 2010, POCHMANN, 2012, 2014), uma vez que o modelo de estratificação sobre o qual se baseava tinha sido formulado, em grande medida, com base na renda e no potencial de consumo das famílias brasileiras e não, com base na ocupação (SOUZA, 2010, POCHMANN, 2012, 2014) e também não levava em conta as chances de mobilidade social (RIBEIRO, 2014).

Ainda assim, o que é interessante observar na hipótese da “nova classe média” é que, conforme Cardoso e Préteiceille<sup>4</sup>, ela chama a atenção para a mobilidade dos estratos inferiores de renda que ocorreu no período da década de 2000. Além disso, ela traz à tona o problema de como delimitar a classe média no Brasil e da correlação entre a dinâmica da distribuição de renda e a estrutura de classes do país, ainda que de forma problemática.

Em termos de desigualdades de renda, é significativo que tenham se estabelecido amplas discussões em torno da sua diminuição ao longo dos anos 2000 no país. Para Medeiros, Souza e Castro (2015), a análise do topo da distribuição de renda brasileira a partir de dados tributários, permite afirmar que a concentração de renda entre os mais ricos é substancialmente maior do que o imaginado e que não teria havido uma queda geral no índice de desigualdades no Brasil ao longo desse período. No entanto, a conclusão de Medeiros e Souza leva a crer que os mais ricos tendem a ser mais resistentes à queda das desigualdades e que as camadas que se encontram na base e no meio da distribuição da estratificação são as mais suscetíveis às mudanças nas desigualdades. Este é um ponto importante para este trabalho.

---

<sup>2</sup> É importante lembrar que essa definição de nova classe média não é uma invenção exclusiva do economista brasileiro Marcelo Neri. Ela é uma ideia utilizada por diversos economistas ao redor do mundo, como destaca Salata (2012), e é endossada pelos bancos e organismos internacionais para provar o sucesso dos países emergentes. Pode-se verificar isso também a partir dos trabalhos de BUSSOLO, MALISZEWSKA, MURARD, 2014; KHARAS, 2010; MILANOVIC, YITZHAKI, 2002; RAVALLION, 2010; THUROW, 1987.

<sup>3</sup> Informação fornecida por Préteiceille na conferência “Descobrimos as verdadeiras classes médias brasileiras”, IESP-UERJ, 2015. Disponível em:

<https://vimeo.com/iesp/videos/search:pr%C3%A9teiceille/sort:date>

<sup>4</sup> *Ibidem*.

Por outro lado, para Carvalhaes e Souza (2014), os dados da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares (Pnad), permitem afirmar que, ao longo desse período, teria havido queda na desigualdade. Na realidade, como indicam os autores, desde 1993 a desigualdade de renda vinha decrescendo no país. Os autores verificam que a variância total da renda do trabalho apresenta um declínio quase contínuo a partir de 1993 e que se acelera a partir de 2002.

Carvalhaes e Souza (2014) também desenvolvem uma análise em que correlacionam a dinâmica da desigualdade de renda com a estrutura de classes do país. Seu modelo de classes, com base no trabalho, utiliza a tipologia de classes desenvolvida por Ribeiro (2007) e que combina o esquema de Nelson do Valle e Silva (2003) e o mapa desenvolvido por Erikson e Goldthorpe no esquema CASMIN. A partir disso, os autores verificam como os componentes de desigualdade entre as classes, intra classes e entre ocupações e intra ocupações contribuem para a desigualdade de renda total entre 1981 e 2007 no país. Eles verificam que 1) o componente intra classe, entre ocupações permanece praticamente estável ao longo de todo esse período; 2) a desigualdade entre as classes (macro classes) diminuiu - ainda que essa diferença permaneça significativa para a composição da desigualdade total (explica cerca de 30 %); 3) as diferenças intra ocupacionais tenderam a aumentar ao longo desse período, chegando a explicar quase 60% da desigualdade de renda total de 2007. Esses indícios permitem aos autores refutar a tese da “ocupacionalização” no país e a demonstrar como as macro classes ainda permanecem como componente importante para explicar as desigualdades no Brasil.

## **2) Classes médias, ocupação e rendimentos**

O termo “classe média”, como Salata (2012) destaca, é atualmente muito utilizado por economistas, tanto em âmbito nacional como internacional. Interessados em mensurar a riqueza e sua distribuição no interior dos países, os estudos econômicos adotam determinados modelos de estratificação social nos quais a categoria “classe média” é utilizada para delimitar os segmentos médios das classes de renda e a renda é

frequentemente utilizada como fator exclusivo para a sua delimitação<sup>5</sup>. Assim, de modo geral, a classe média se define como o terço médio da distribuição de renda. Nesse sentido, a noção de “média”, muitas vezes, serve para expressar aqueles grupos que se encontram dentro do escopo mediano de renda dos países. Não por acaso esta foi a metodologia utilizada pelo economista Marcelo Neri para a delimitação da Nova Classe Média no Brasil (2008a, 2008b, 2010, 2011).

Além disso, a noção de “classe média”, associada à noção de extratos econômicos, é comumente utilizada pelos meios midiáticos para se referir às classes sociais. Assim, em função, em grande parte, da ampla manipulação do termo pelos meios midiáticos, há um uso corriqueiro da noção no imaginário popular (HOPENHAYN, 2010). Mas a imprecisão do termo não se reduz aos vocábulos do discurso midiático. Muitos trabalhos acadêmicos adotam o termo acriticamente. A existência de uma classe média aparece, muitas vezes, como um dado óbvio, sem grandes problematizações e que, portanto, não requer demonstrações (ADAMOVSKY, 2013).

Por outro lado, mesmo quando o termo é definido, nem sempre o seu conteúdo é delimitado a partir de um sentido particular, já que a definição da classe média tende, em muitos trabalhos, a se desenvolver pela negativa, isto é, mais por aquilo que não é do que por um conteúdo próprio original<sup>6</sup>. Além disso, em alguns trabalhos acadêmicos, o conceito de classe média traz consigo uma carga pejorativa, o que dificulta a compreensão mais aprofundada do objeto<sup>7</sup>.

Alguns autores questionam se a utilização do termo é uma simples repetição de um slogan político (ADAMOVSKY, 2013) ou se, o termo é capaz de representar um sujeito social uno e homogêneo, como talvez esteja implícito em sua definição (HOPENHAYN, 2010). O que parece também ocorrer é que o termo apresenta múltiplos significados. Segundo Pochmann (2014), os sentidos do termo classe média se modificam ao longo do tempo, principalmente a partir das transformações estruturais do sistema capitalista. Por outro lado, mesmo em obras sociológicas situadas num mesmo período histórico, são frequentes discrepâncias conceituais dadas pelas diferenças de

---

<sup>5</sup> Ver, sobre este ponto, os trabalhos de BUSSOLO, MALISZEWSKA, MURARD, 2014; KHARAS, 2010; MILANOVIC, YITZHAKI, 2002; RAVALLION, 2010; THUROW, 1987;

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Décio Saes (1975) *Classe média e política na primeira república brasileira (1889 – 1930)* e a introdução de J. A. Guilhon Albuquerque (1977) no livro *Classes médias e política no Brasil* organizado pelo próprio autor.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Bolívar Costa (1973) *O drama da classe média*.

perspectivas entre os autores. Assim, é comum que o termo seja empregado de forma imprecisa pelos autores, seja pela indefinição do conteúdo social que o termo expressa ou pelos múltiplos sentidos que podem ser atribuídos a ele (MILLS, 1969; WRIGHT, 1985; HOPENHAYN, 2010, SCALON & SALATA, 2012; ADAMOVSKY, 2013)..

Na perspectiva weberiana, a delimitação do termo passa pela ocupação. O tipo de trabalho exercido é considerado um dos critérios fundamentais para a condição das classes médias. Segundo Wright Mills (1969) um dos elementos fundamentais para a delimitação das classes médias é o tipo de ocupação que exercem. Em termos de ocupação, os *white collar* ou trabalhadores de colarinho branco se definiriam pela ocupação de cargos não manuais. Eles estão, em geral, envolvidos em funções de coordenação, de distribuição, de organização, sobretudo no setor de serviços. Deste modo, os três maiores grupos ocupacionais que comporiam estes trabalhadores seriam os professores, os vendedores e os variados trabalhadores de escritório.

Em termos de status, os *white collar* reivindicariam um prestígio maior do que os outros trabalhadores assalariados. Seu prestígio estaria vinculado aos tipos de trabalho que exercem e aos lugares de seus ofícios. A qualificação e as habilidades exigidas para o exercício de seus cargos ou mesmo a autonomia que possuem para decidir os procedimentos dos seus trabalhos seriam fatores que contribuiriam para o prestígio dessa camada social. Muitos deles também possuiriam prestígio a partir do status da firma em que trabalham.

Seu prestígio também está associado, muitas vezes, à renda relativamente superior que auferem em relação aos trabalhadores manuais. Mills indica que os trabalhadores de colarinho branco possuem, em média, uma renda relativamente maior a dos outros trabalhadores assalariados. Nesse sentido, a renda se constitui como outro fator importante na distinção dos trabalhadores não manuais, geralmente de classe média, em relação aos trabalhadores manuais que se encontram nas classes populares ou baixas.

Cabe lembrar que no Brasil, existe uma correspondência muito forte entre os grupos que socioeconomicamente estão inseridos no nível “AB” de renda, ou seja, encontram-se no topo da hierarquia social, e a identidade de classe média (SALATA, 2015).

A renda, aliás, pode ser entendida, como aponta Medeiros (2012) como uma medida do “bem estar” dos grupos sociais. Não é a toa que a mensuração das desigualdades dentro de uma determinada sociedade passa, em geral, pelas

desigualdades de renda. Nesse sentido, analisar a distribuição da renda entre e intra classes é uma forma de averiguar indiretamente, não só como o “bem estar” se distribui ao longo da organização social, mas como esse importante mecanismo de distinção social pode se modificar ao longo do tempo.

### **3) Objeto e objetivos**

Visto isso, este trabalho, com base na dinâmica entre a desigualdade de renda e a estrutura de classes, verifica como se comportaram as distâncias das rendas do trabalho entre as classes médias e as classes baixas entre 2002 e 2015, bem como as taxas de crescimento anual e total dos percentis de renda desses grupos no período em foco. A ideia é averiguar como se comportam as desigualdades de renda entre a base e o meio da pirâmide em conjunto com a estrutura de classes, dado que, como defendem Medeiros e Souza (2015), as camadas que se encontram na base e no meio da distribuição da estratificação são as mais suscetíveis às mudanças nas desigualdades.

### **4) Metodologia**

Este trabalho realiza uma análise das distâncias entre as rendas das classes médias e baixas urbanas entre 2002 e 2015, com base nos dados da Pnads. Assim, toma como base o modelo de classes desenvolvido por Ribeiro (2007) que combina o esquema de Nelson do Valle e Silva (2003) e o mapa desenvolvido por Erikson e Goldthorpe no esquema CASMIN, empregando-o de forma agregada da seguinte forma: I + II (Profissionais e Administradores, nível alto e baixo) + IIIa1 + IIIa2 + IIIb1 + IIIb2 (trabalhadores não-manuais rotina, nível alto e baixo) + IVa + IVb (pequenos proprietários empregadores e não empregadores) para as classes médias e V (técnicos e supervisores do trabalho manual) + VIa + VIb + VIc (trabalhadores manuais qualificados da indústria e dos serviços) + VIIa1 + VIIa2 + VIIa3 + VIIa4 (trabalhadores manuais não-qualificados) para classes baixas. Cabe lembrar, que, dado o interesse apenas na dinâmica das classes urbanas, retirei do esquema de classes os grupos IVc2, IVc1 (pequenos proprietários rurais com ou sem empregados) e VIIIb (trabalhadores manuais rurais) .

Em termos de renda, foram analisadas as rendas do trabalho principal, maiores que zero, deflacionadas para 2015, com base na lista de deflatores de maio de 2017,

fornecida pelo IPEADATA e da população cuja idade estivesse situada entre 25 e 64 anos. Realizou-se inicialmente uma análise de variância para averiguar a desigualdade interna das rendas das classes. Foi observado, primeiramente, que o desvio padrão nas rendas do trabalho das classes médias variou entre 3.333 e 5.056 nesse período e nas classes baixas, entre 1.010 e 1.442. Assim, apesar da desigualdade de renda do trabalho ser maior dentro das classes médias, percebeu-se que, ao longo do período, havia grande desigualdade em ambas as classes e esta permaneceu alta e que, nesse sentido, existe uma grande heterogeneidade em termos de renda do trabalho em ambas.

Essa primeira etapa da pesquisa, permitiu perceber, então, a necessidade da estratificação interna das macroclasses para que se pudesse mensurar as distâncias das rendas entre pontos análogos, levando, dessa forma, em consideração também sua heterogeneidade e não somente a distância entre a média ou a mediana das mesmas. Assim, na segunda etapa do trabalho, realizou-se uma decomposição das classes em termos de percentil de rendas, a fim de mensurar a distância entre os percentis no período proposto. Na terceira etapa do trabalho, realizou-se uma avaliação da taxa de crescimento anual e total do período das rendas desses percentis, a fim de avaliar, em termos comparativos, quais percentis tiveram maior taxa de crescimento relativo durante o período. Cabe lembrar que, ao longo dos gráficos apresentados neste trabalho, as classes médias estão numeradas como 1 e as classes baixas, como 2.

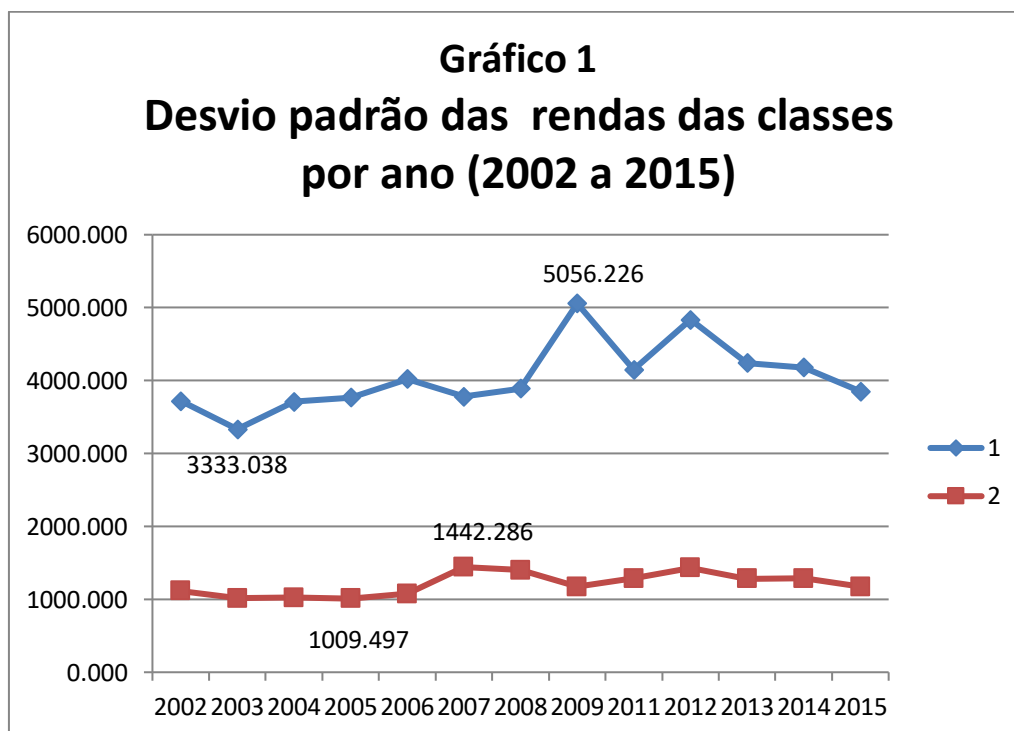
##### **5) As desigualdades internas de renda nas classes médias e nas classes baixas**

Conforme foi mencionado, na primeira etapa do trabalho, foi verificado o desvio padrão das rendas do trabalho anual das classes médias e das classes baixas entre 2002 e 2015. A partir dele, foi possível observar que as classes médias têm uma desigualdade de renda interna maior que as classes baixas e que esta variou de forma mais intensa ao longo do período. A desigualdade de renda interna das classes médias tendeu a aumentar suavemente entre 2003 e 2008, a aumentar mais drasticamente a partir de então. Apesar das flutuações, o desvio padrão das classes médias tende, a partir de 2012, a declinar, mantendo-se, ao final de 2015 um patamar de desigualdade interna de renda próximo ao de 2002. Isso pode ser verificado no gráfico 1 abaixo.

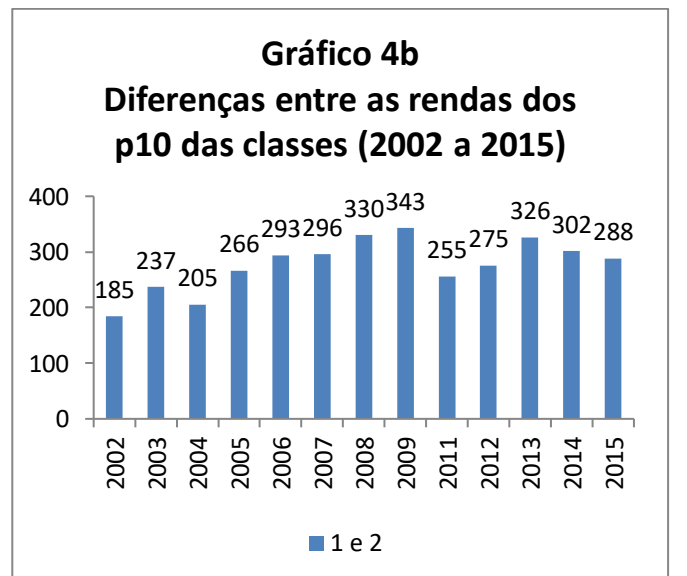
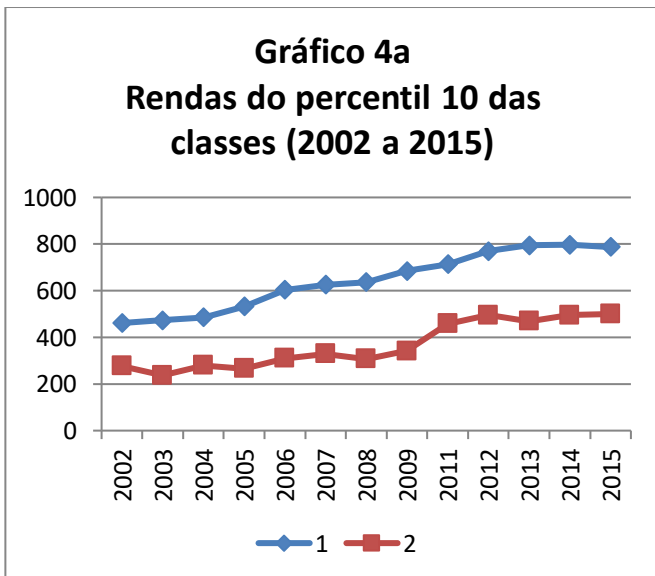
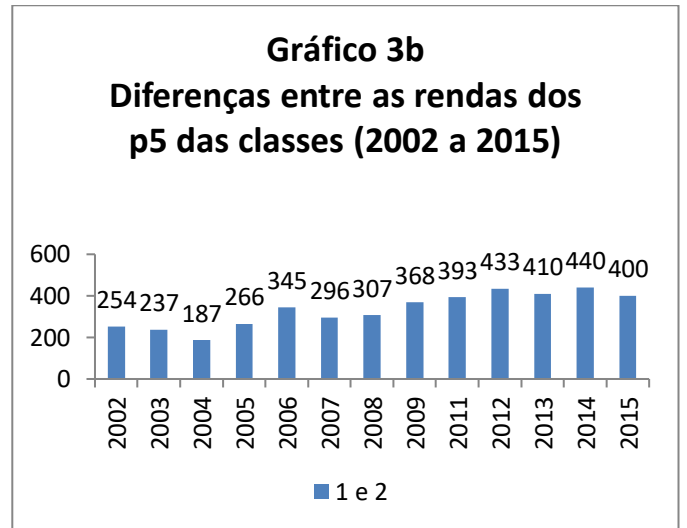
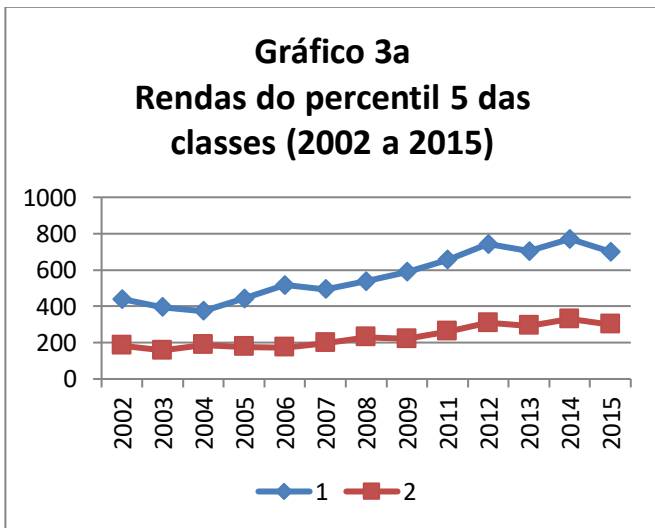
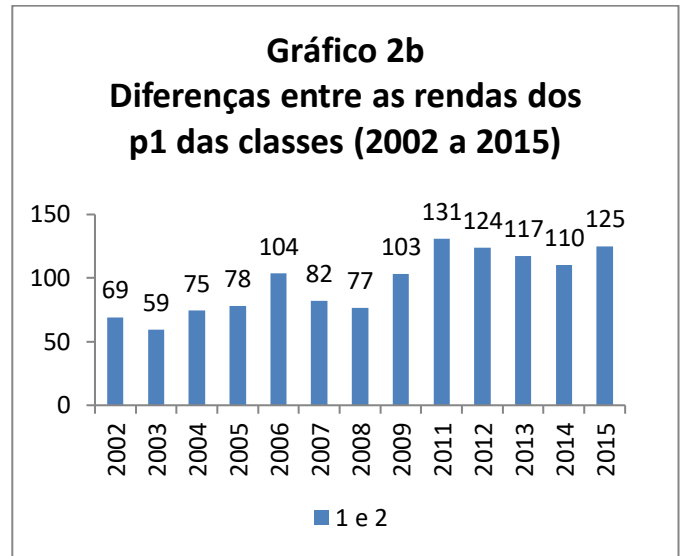
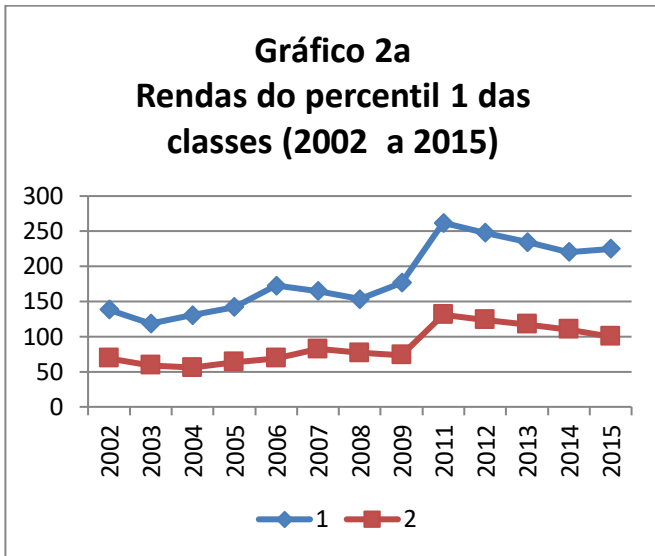
Nesse mesmo gráfico, pode-se observar que a desigualdade de renda interna das classes baixas manteve-se praticamente estável entre 2002 e 2006, elevando-se



suavemente a partir desse ano e mantendo-se próximo desse nível até 2012, quando começa, assim como as classes médias, a declinar suavemente. Chega ao final de 2015 com um nível de desigualdade de renda interno, assim como as classes médias, próximo ao de 2002. A desigualdade de renda interna das classes baixas se mantém mais estável do que a desigualdade interna das classes médias ao longo do período.



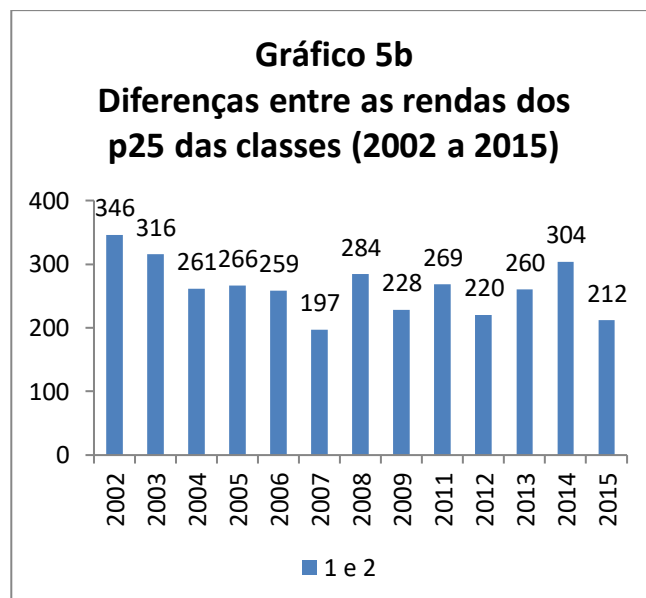
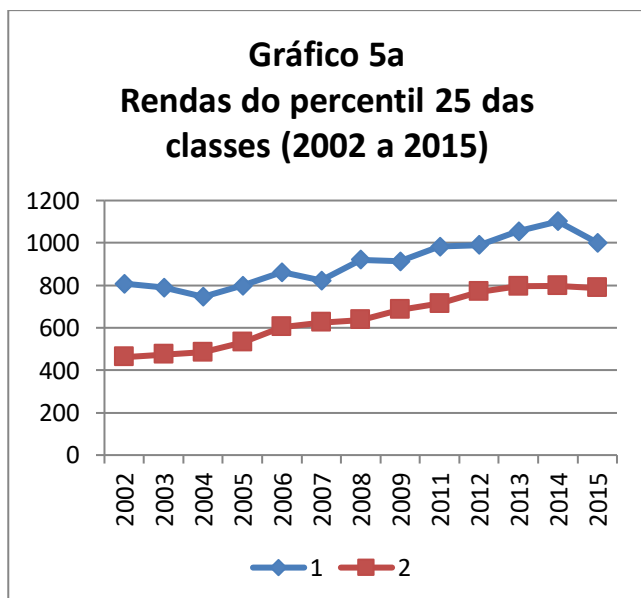
6) As distâncias absolutas das rendas do trabalho entre os percentis das classes médias e baixas



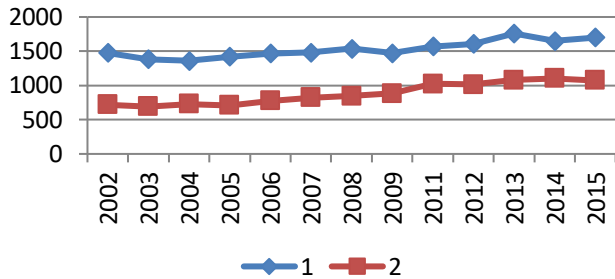
Na segunda etapa do trabalho, decompôs-se as classes médias e baixas a partir dos seus percentis de renda. Foi possível observar, como demonstram o gráfico 2a e 2b, que as rendas do primeiro percentil das classes médias tendeu a aumentar entre 2002 e 2015. O mesmo ocorreu com o percentil das classes baixas. O que significa que ambos tenderam a crescer nesse período. No entanto, a diferença ou a distância absoluta das rendas do trabalho entre esses percentis, apesar de algumas flutuações, tendeu a aumentar no período.

No 5º percentil das classes, como pode ser observado nos gráfico 3a e 3b, houve um comportamento semelhante ao dos primeiros percentis das classes. Em ambas as classes os percentis tenderam a crescer no período analisado e as diferenças entre ambos também. Apesar de uma pequena queda na distância entre 2002 e 2004, a partir de 2004, as distâncias aumentaram. Os 10ºs percentis também tiveram crescimento longo desses 13 anos. Contudo, a distância entre eles tendeu a aumentar ao longo desse tempo. Ao final de 2015, a diferença das rendas entre esses percentis era maior do que em 2002.

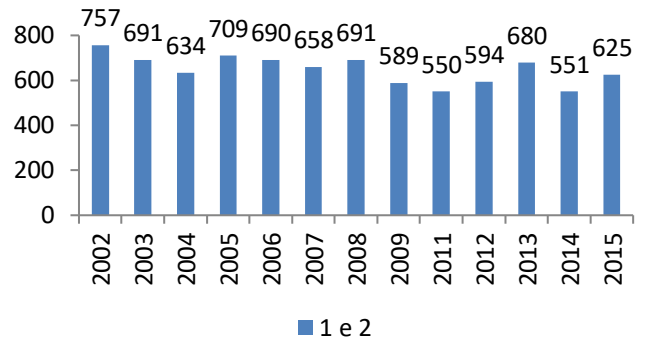
A partir disso, observou-se que do 1º ao 10º percentil, ou seja, entre os segmentos mais pobres das classes, houve uma tendência ao aumento das distâncias entre os percentis análogos, apesar de algumas flutuações ao longo do período, como pode ser observado a partir dos gráficos 2a a 4b.



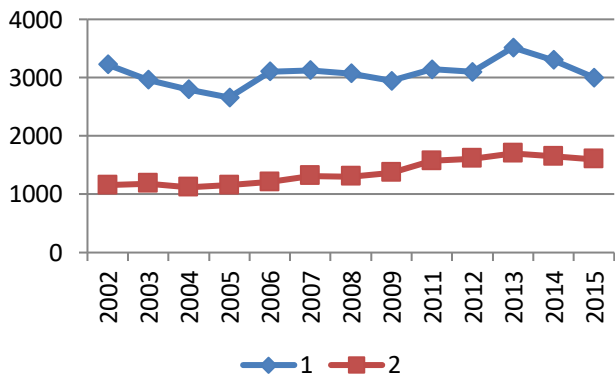
**Gráfico 6a**  
Rendas do percentil 50 (mediana) das classes (2002 a 2015)



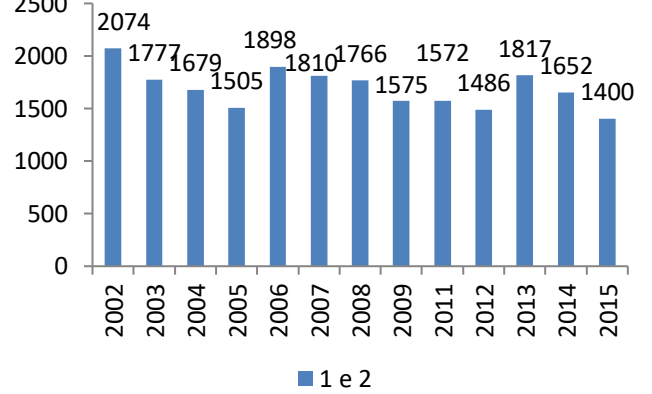
**Gráfico 6b**  
Diferenças entre as rendas dos p50 das classes (2002 a 2015)



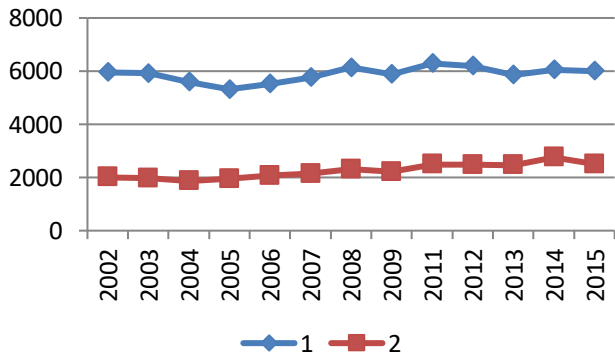
**Gráfico 7a**  
Rendas do percentil 75 das classes (2002 a 2015)



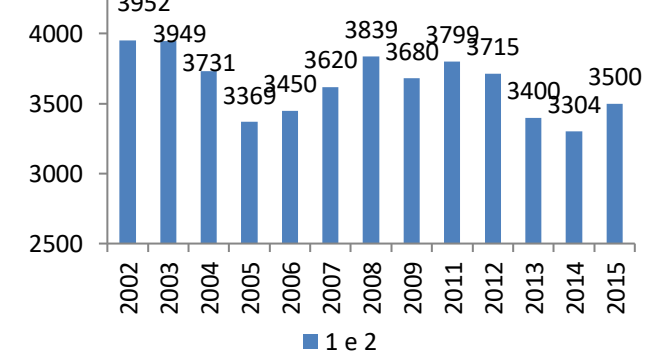
**Gráfico 7b**  
Diferenças entre as rendas dos p75 das classes (2002 a 2015)



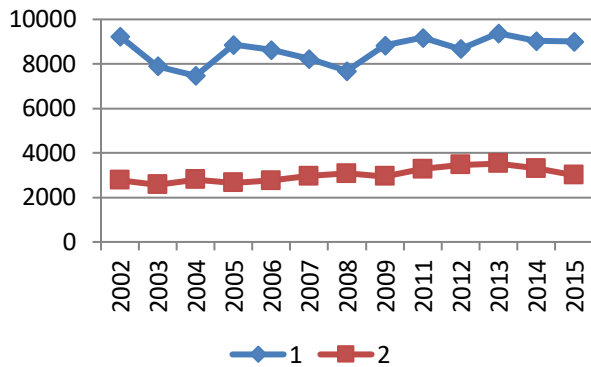
**Gráfico 8a**  
Rendas do percentil 90 das classes (2002 a 2015)



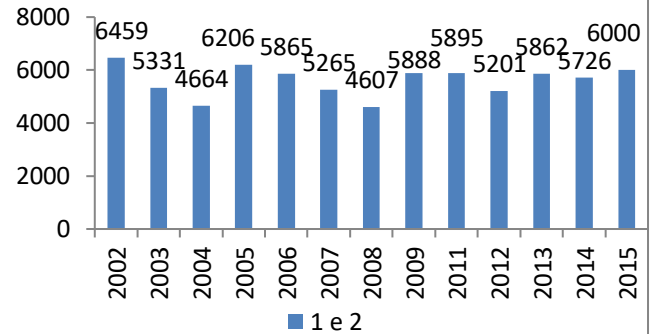
**Gráfico 8b**  
Diferenças entre as rendas dos p90 das classes (2002 a 2015)



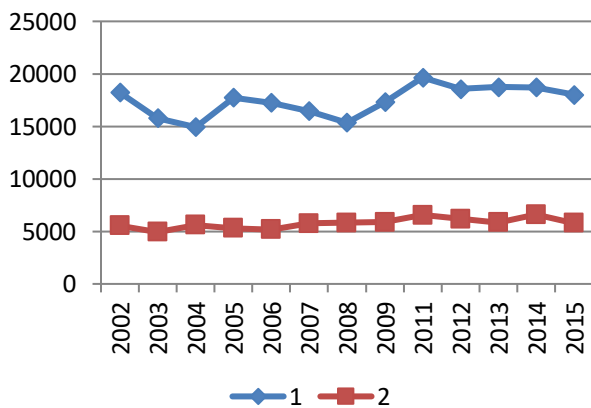
**Gráfico 9a**  
Rendas do percentil 95 das classes (2002 a 2015)



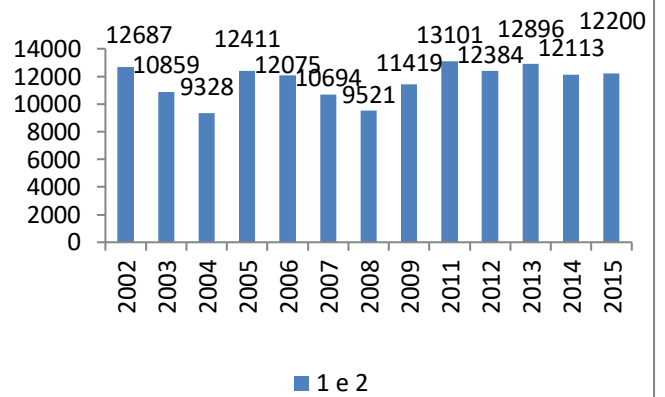
**Gráfico 9b**  
Diferenças entre as rendas dos p95 das classes (2002 a 2015)



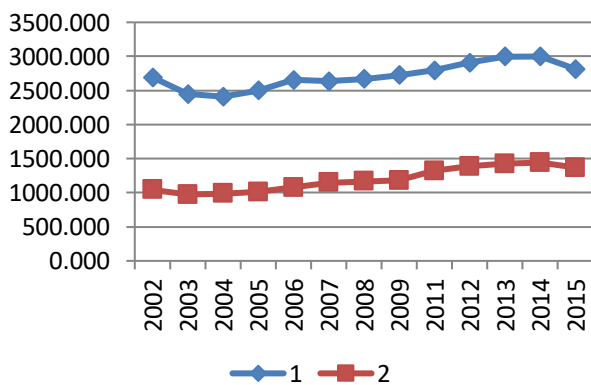
**Gráfico 10a**  
Rendas do percentil 99 das classes (2002 a 2015)



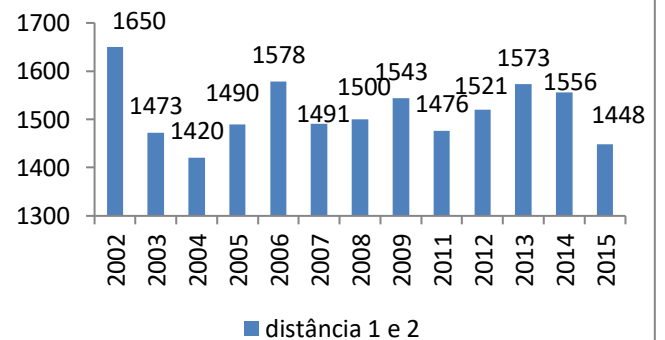
**Gráfico 10b**  
Diferenças entre as rendas dos p99 das classes (2002 a 2015)



**Gráfico 11a**  
Rendas médias das classes (2002 a 2015)



**Gráfico 11b**  
Diferenças entre as rendas das rendas médias das classes (2002 a 2015)



Os gráficos 5a a 11b expostos acima demonstram o comportamento das rendas do trabalho do 25º ao 99º percentil das classes médias e das baixas ao longo do período. Nos gráficos 5a, 5b, 6a e 6b pode-se observar que a renda do 25º e do 50º percentil (mediana) de ambas as classes tendem a crescer no período, semelhantemente às camadas mais pobres (1º a 10º percentil). No entanto, ao contrário desses últimos, a diferença de renda entre os 25ºs e 50ºs percentis das classes tendeu a diminuir no período estudado. Apesar das flutuações, ao final de 2015, a distância, em termos de renda, entre esses dois grupos diminuiu.

Entre os 75ºs e o 99ºs percentis, o comportamento da renda começa a variar (gráficos 7a a 10b). No 75º percentil das classes médias há uma tendência de declínio entre 2002 e 2005, de crescimento entre 2005 até 2013 e de declínio entre 2013 e 2015. Ao final de 2015, o nível de renda se encontra abaixo ao de 2002. O 75º percentil das classes baixas, no entanto, tende a crescer entre 2002 e 2015. Ao final de 2015, este encontra-se num nível acima ao de 2002. Isso faz com que, ao final dos 13 anos, a distância entre os 75ºs percentis tenha declinado, assim como ocorreu entre os 25ºs e 50ºs percentis. Isso pode ser observado nos gráficos 7a e 7b.

No 90º percentil das classes médias (gráficos 8a), há uma leve tendência ao declínio entre 2002 e 2005, uma elevação até 2008 e uma estabilidade entre 2008 e 2015. Ao final de 2015, a renda dessa camada permaneceu praticamente igual ao nível de renda de 2002. O 90º percentil das classes baixas, apesar de ter tido um crescimento muito sutil entre 2004 e 2014, ao final de 2015, a renda se apresentou praticamente igual à de 2002. Há, portanto, nesse percentil de ambas as classes, uma tendência à estabilidade. Mas ainda assim, a distância entre as rendas desses percentis se tornou menor ao final do período, semelhantemente ao comportamento que se configurou entre os 25ºs e 75ºs percentis.

Os 95ºs e 99ºs percentis tiveram um comportamento muito semelhante em ambas as classes. Nas classes médias, esses dois percentis têm um declínio entre 2002 e 2004 e, apesar de um aumento entre 2004 e 2005, tendem a declinar novamente até 2008. Passam a crescer até 2011. A partir daí, tendem a se manter estáveis. Ao final de 2015 mantêm um nível muito próximo ao de 2002. Já nas classes baixas, esses mesmos percentis, apresentam um crescimento muito sutil, bem próximo da estabilidade ao longo dos 13 anos. Ao final de 2015, os níveis de renda nesses dois percentis, nas classes baixas, se mantiveram praticamente iguais em relação ao primeiro ano analisado. Essa dinâmica das rendas dos 95ºs e 99ºs percentis de ambas as classes

permitiu perceber que a distância entre eles, como observada pelos gráficos 9b e 10b, ao final de 2015 tenha, apesar das flutuações, diminuído em relação à distância observada em 2002.

Por fim, em termos de renda média das classes, constatou-se que a das classes médias declinou entre 2002 e 2004, enquanto a das classes baixas permaneceu estável. Entre 2004 e 2014, ambas crescem e, entre 2014 e 2015, declinam. Em termos de distância entre as rendas médias, a tendência observada, ao longo do período analisado foi de declínio, apesar das oscilações. Ao final de 2015, a diferença entre elas é menor do que em 2002.

## **7) As taxas de crescimento anuais e do período das rendas do trabalho**

A partir dos resultados encontrados na segunda etapa do trabalho, realizou-se, nesta última etapa, a análise das taxas de crescimento anuais e do período como um todo de cada um dos percentis e da renda média das classes, comparando-os com a variação do PIB real<sup>8</sup>.

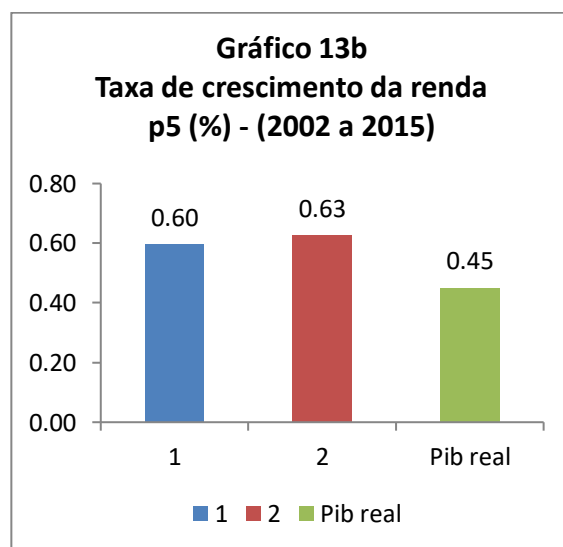
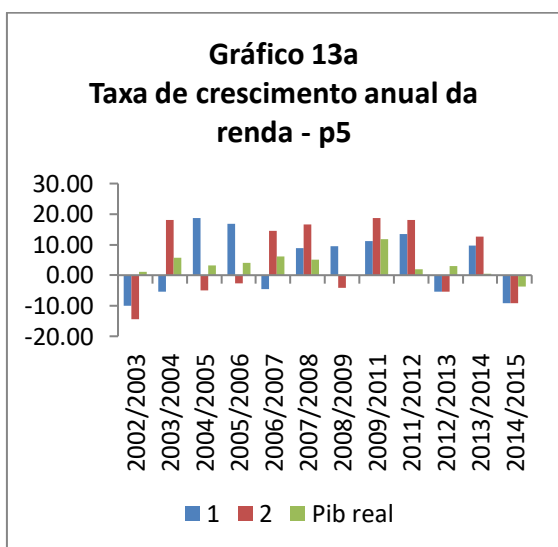
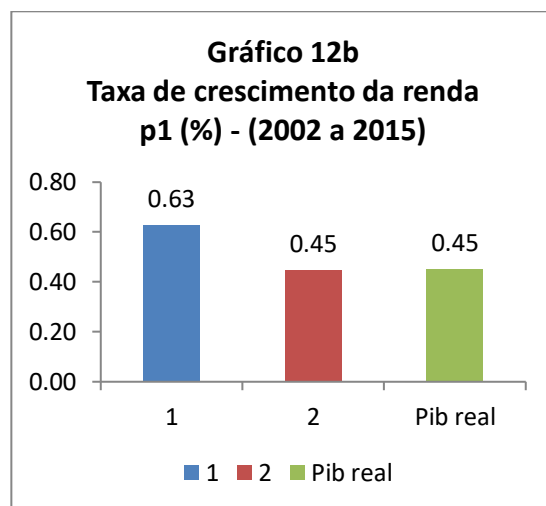
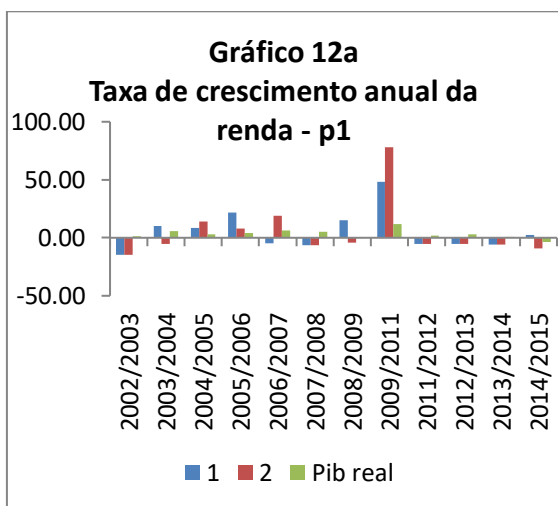
Os gráficos 12a e 12b mostram o comportamento dos 1ºs das duas classes. Ao final de 13 anos o 1º percentil das classes médias cresceu 63% enquanto o das classes baixas cresceu 45%. Além disso, o percentil mais pobre das classes baixas cresceu na mesma proporção da variação total do PIB nesse período, ainda que, em termos anuais, o crescimento, nem sempre tenha se dado na mesma proporção, como demonstra o gráfico 12a. Já o percentil mais pobre das classes médias teve crescimento acima da variação total do PIB ao longo do período. Interessante é observar também que, ao final desse período, houve um crescimento maior do percentil mais pobre das classes médias do que nas classes baixas.

Nos gráficos 13a e 13b, demonstram-se que, ao final de 2015, houve um crescimento semelhante do 5º percentil em ambas as classes: aproximadamente 60%. Ambos cresceram acima da variação total do PIB ao longo do período (15% a mais para esse percentil das classes médias e 18% para o percentil das classes baixas). É interessante observar, contudo, que do 5º percentil em diante, a taxa de crescimento das rendas nas classes baixas é constantemente superior que a das classes médias.

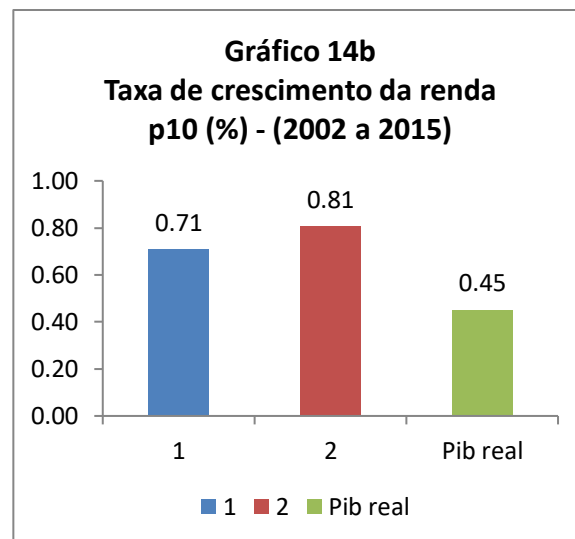
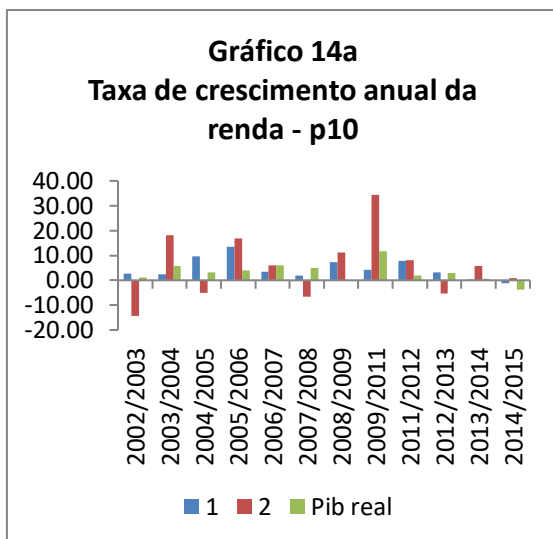
---

<sup>8</sup> A variação do PIB real foi retirada do IPEADATA. A taxa de variação deste, de 2009 para 2011, foi calculada por mim a partir dos valores do PIB real. Isso foi feito porque não existem dados da Pnad para 2010 (ano do Censo) e a variação do PIB real é dada anualmente ou trimestralmente no site IPEA.

Com relação ao 10º percentil, nos gráficos 14a e 14b, nota-se que a taxa de crescimento de ambos foi superior ao do PIB: 26% acima para o percentil das classes médias e 36% para o percentil das classes baixas. Contudo, na comparação entre as duas classes, o 10º percentil das classes mais baixas cresceu mais do que o percentil das classes médias, 81% e 71%, respectivamente.





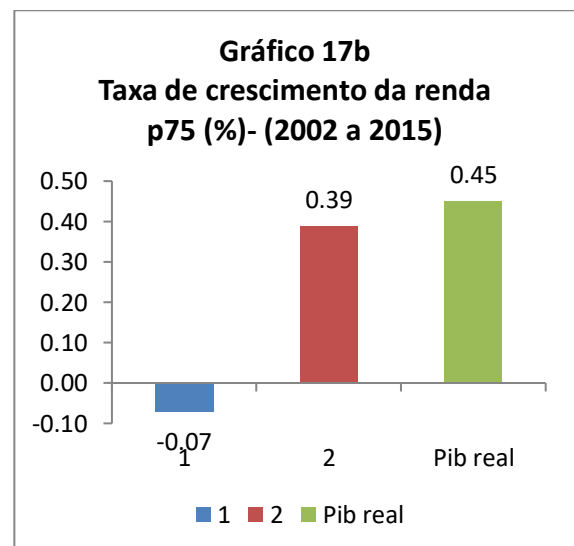
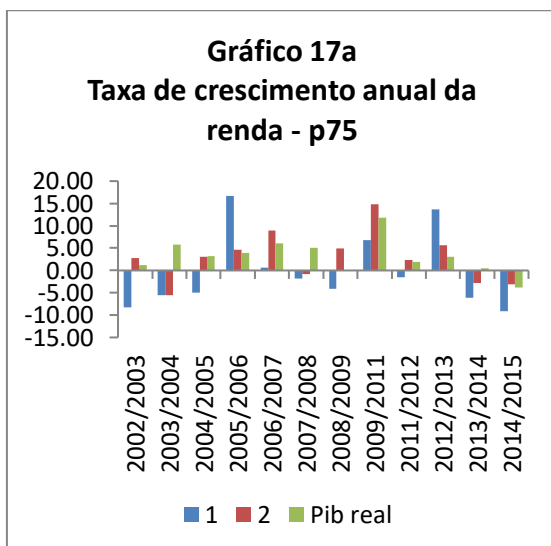
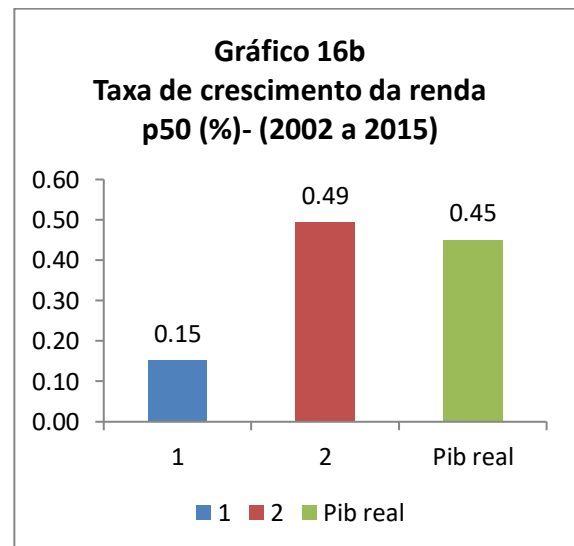
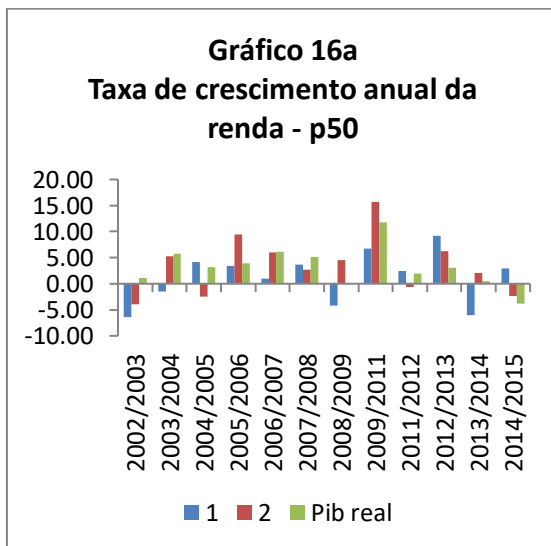
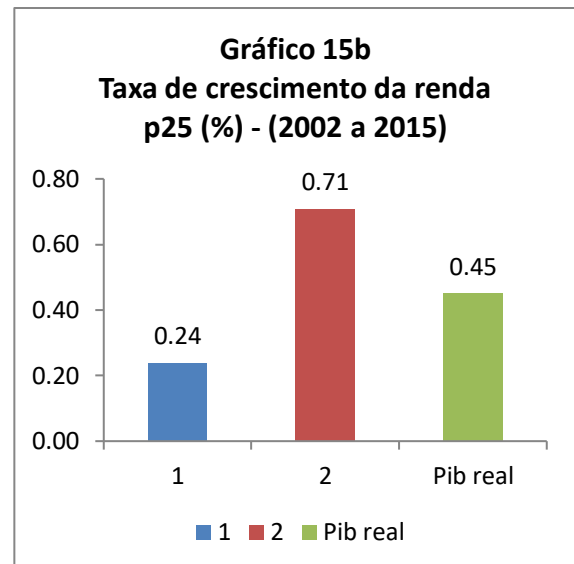
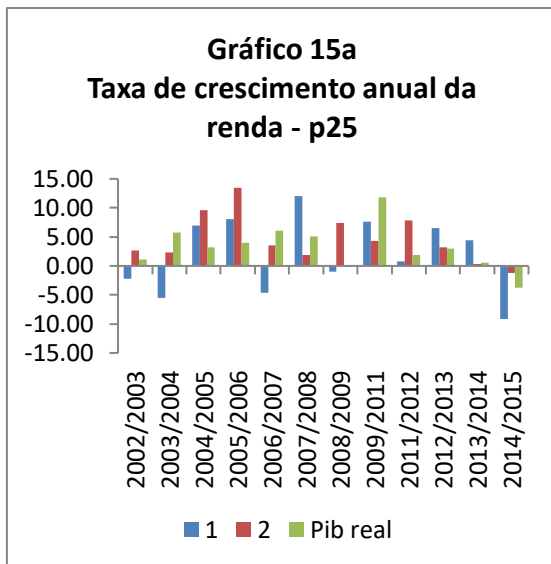


É interessante observar que até o 10º percentil de ambas as classes, a taxa de crescimento tende a ser igual ou superior à variação total do PIB. O que difere bastante do 25º percentil em diante ou mesmo em relação à renda média. Nem sempre a taxa de crescimento dos percentis está acima da variação do PIB do período. À medida que o percentil vai crescendo, a taxa de crescimento da renda tende a diminuir, como demonstram os gráficos 15a a 20b adiante.

Em termos específicos, o gráfico 15b indica que o 25º percentil das classes baixas cresceu 71%, enquanto o das classes médias apenas 24% entre 2002 e 2015, uma diferença de 47% entre as taxas de crescimento. Assim, nesse grupo, apenas o percentil das classes baixas cresceu acima do PIB real.

Já na mediana das classes, a taxa de crescimento nas classes médias foi de 15%, ao passo que, nas classes baixas foi de 49%, como pode ser observado no gráfico 16b. De forma semelhante ao 25º percentil, nos 50º percentil, as classes baixas tiveram uma taxa de crescimento acima do PIB, ao contrário do que ocorreu com o mesmo nas classes médias. A diferença entre as taxas de crescimento nesse percentil das duas classes chegou a 34%.

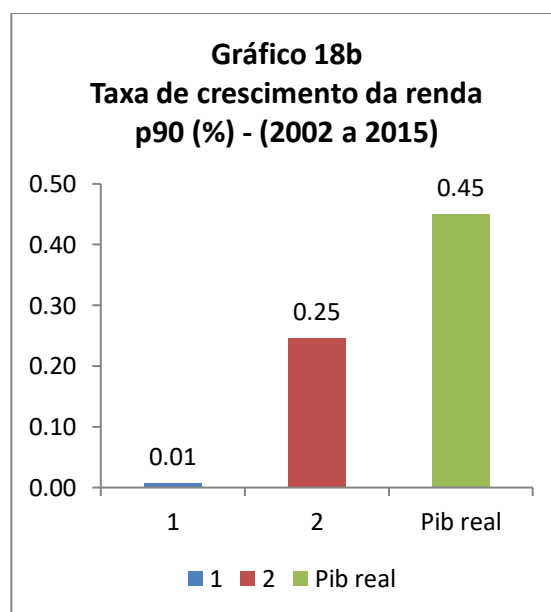
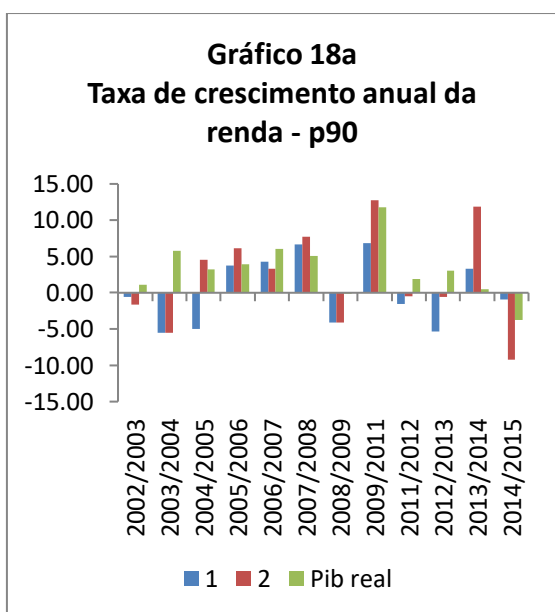
Em relação ao 75º percentil, houve um decréscimo das rendas nas classes médias de 7% e um crescimento de 39% nas classes baixas. As duas taxas de crescimento foram menores do que a taxa de crescimento do PIB (45%). A diferença entre a taxa de crescimento nesse percentil entre as duas classes totalizou 46%, como pode ser observado no gráfico 17b.

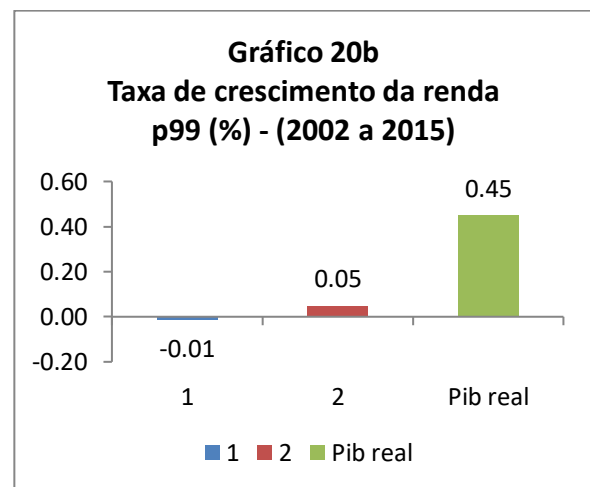
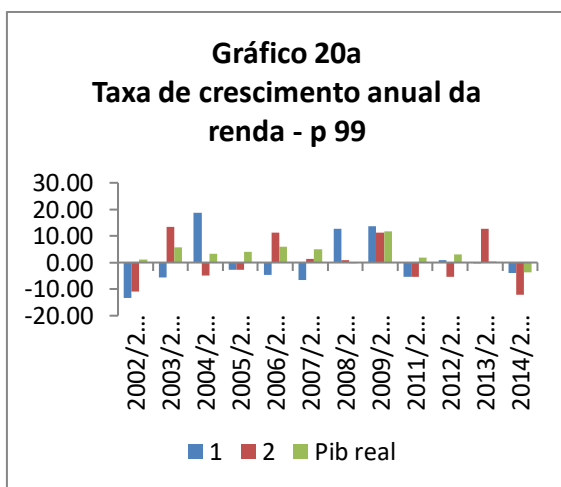
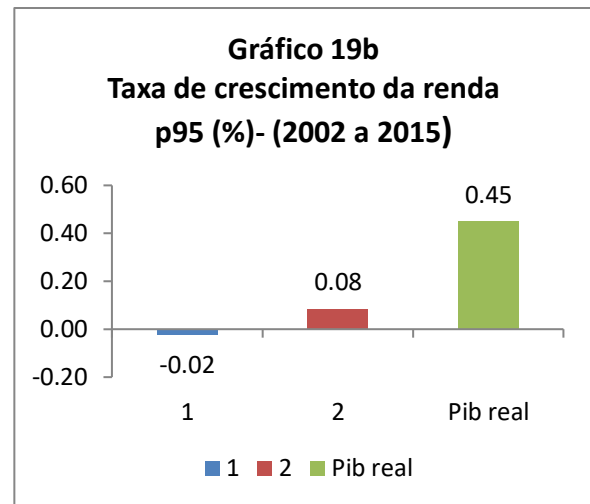
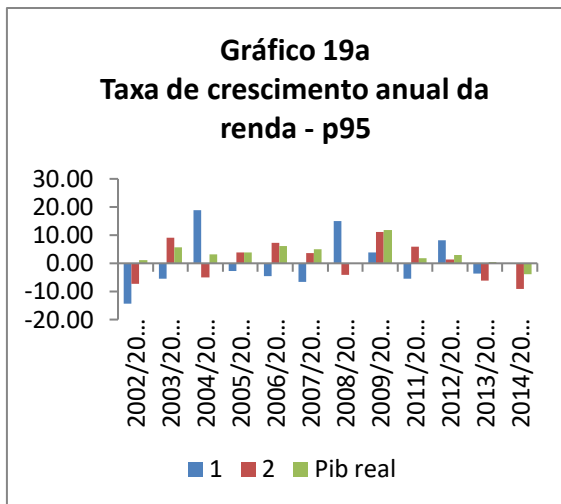


Já os gráficos 18a a 20b demonstram o comportamento dos 90º percentil em diante, ou seja, dos 10% mais ricos das classes médias e das classes baixas. O 90º

percentil das classes médias cresceu apenas 1%, ao passo que o mesmo percentil nas classes baixas cresceu 25%. Houve uma diferença de 24% entre as taxas de crescimento nesses percentis. Além disso, todas elas ficaram abaixo da variação do PIB real do período (45%).

Os 95º e 99º percentis tiveram comportamento semelhante em ambas as classes. Nas classes médias, os 5% mais ricos tiveram uma taxa de decrescimento de 2% e o 1% mais rico, um decrescimento de 1% ao longo do período. Nas classes baixas, os 5% mais ricos tiveram uma taxa crescimento de 8% e os 1% mais ricos dessa mesma classe, um crescimento de 5% ao final dos 13 anos. A diferença entre as taxas de crescimento no 95º percentil entre as classes médias e baixas foi de 10% e no 99º percentil, de 6%. Todos tiveram uma taxa de crescimento menor do que a variação do PIB real do período. É interessante notar que entre o 75º e o 99º percentil, todos os segmentos tiveram taxa de crescimento menor que a taxa do PIB.

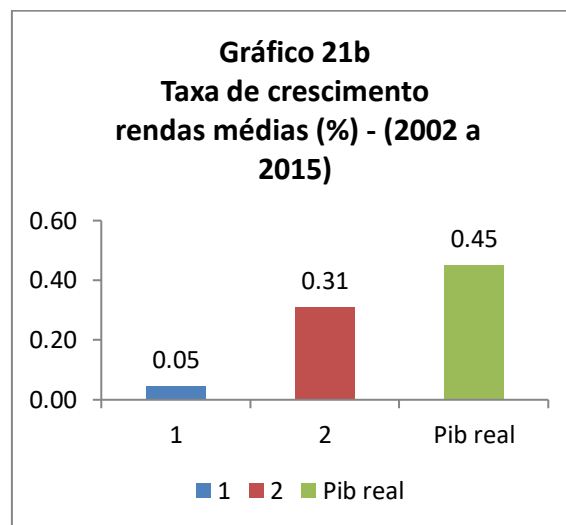
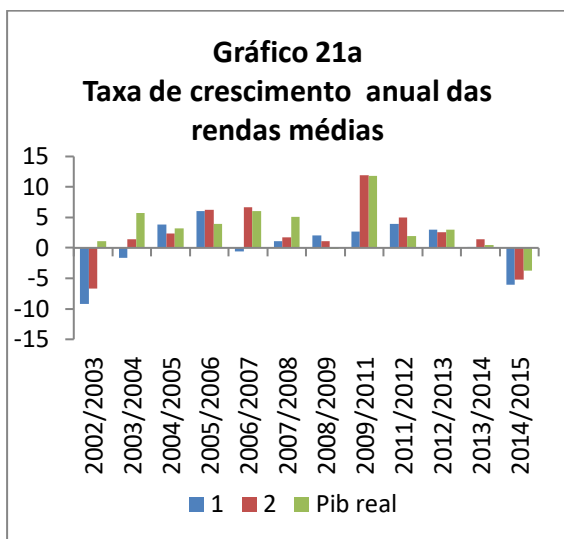




Em relação à renda média, a taxa de crescimento nas classes médias entre 2002 e 2015 foi de 5%, enquanto nas classes baixas, de 31%, totalizando uma diferença de 26% entre elas. A taxa, portanto, das duas médias foi inferior à taxa do PIB ao longo do período, como demonstra o gráfico 21b.

É interessante notar, como exposto no gráfico 21a, que, em termos anuais, as taxas de crescimento das rendas médias das classes tende, no geral, a acompanhar a variação do PIB. De 2002 para 2003, apesar do crescimento do PIB, as rendas médias do trabalho de ambas as classes decresceu; de 2003 para 2004, a renda média das classes baixas cresceu junto com o crescimento do PIB, ao passo que as rendas médias das classes médias seguiu um sentido inverso. De 2004 a 2008 as taxas das rendas médias tenderam acompanhar a variação do PIB, em geral positivas. De 2008 para 2009, apesar do taxa do PIB ter decrescido, as rendas médias de ambas as classes tiveram taxas de crescimento positivas. De 2009 até 2015, as taxas voltam a

acompanhar a taxa de crescimento do PIB, seja em termos positivos (2009 a 2014) ou negativos (2014 a 2015).



## 8) Conclusões

Na primeira parte deste trabalho, constatou-se que, existe uma grande heterogeneidade em termos de renda tanto nas classes médias, como nas classes baixas. Existe, assim, uma grande desigualdade, em termos de renda, dentro dessas macroclasses. Além disso, constatou-se que nas classes médias essa desigualdade interna é maior e variou mais do que nas classes baixas entre 2002 e 2015.

A partir disso, estabeleceu-se uma estratificação, em termos de renda, dentro das próprias classes. Com base então na decomposição das classes em termos de percentis de renda, foram analisadas, na segunda fase do trabalho, a distância entre os percentis análogos das classes. Dessa análise, concluiu-se que houve uma tendência ao aumento das distâncias, em termos de renda, entre os percentis mais pobres das classes e de diminuição dessa diferença a partir do 25º percentil em diante entre 2002 e 2015.

Isso está relacionado à taxa de crescimento anual e do período como um todo desses percentis. Nas classes médias, do 1º ao 10º percentil, a taxa de crescimento total nesse ínterim foi maior ou relativamente próxima a esses mesmos percentis nas classes baixas. Como se observou na terceira parte da pesquisa, o 1º percentil das classes médias cresceu mais do que o 1º percentil das classes baixas. Isso permitiu o aumento da distância absoluta das rendas entre esses percentis ao longo período.

Já no 5º e 10º percentil, apesar da taxa de crescimento nas classes baixas ter sido superior à das classes médias, a diferença foi de no máximo 10 pontos percentuais. Além disso, todos os percentis, independentemente das classes, cresceram muito nesse período, muito acima da variação do PIB real. Assim, nesses dois casos, apesar da taxa de crescimento ter sido maior nas classes baixas, também foi alta nas classes médias. O que, portanto, não foi suficiente para diminuir as distâncias de rendas entre os percentis das classes, mas, ao contrário, para aumentar as distâncias ao final do período.

Esse panorama muda radicalmente a partir do 25º percentil. Entre o 25º percentil e 99º percentil, as distâncias absolutas de renda tenderam a diminuir entre os percentis análogos ao longo desses 13 anos. Essa situação inversa se estabeleceu porque as taxas de crescimento foram maiores nas classes baixas do que nas classes médias. Em geral, as taxas elevadas de crescimento dos percentis das classes baixas foram acompanhadas de taxas bem menores ou até de decréscimo nos percentis das classes médias. Isso permitiu que as distâncias absolutas entre as rendas dos percentis análogos (do 25º ao 99º percentil) das classes baixas e das classes médias tivessem diminuído, em termos longitudinais, ao final do período. Essa tendência também aparece nas rendas médias.

Por outro lado, cabe lembrar que, do 25º ao 99º percentil, à medida que o percentil aumenta, os valores absolutos da diferença de renda entre os percentis análogos nas classes tendem a ser maiores. Se tomarmos como exemplo o ano de 2002 ou de 2015, isso fica bem nítido. Assim, verifica-se que apesar de, em termos longitudinais, ter havido uma diminuição das distâncias nas rendas entre esses percentis, os valores absolutos dessa diferença ainda são, por vezes altos. Estes aumentam conforme o percentil se torna maior.

Visto isso, é possível concluir que, entre 2002 e 2015, houve uma tendência geral a uma maior concentração da renda do trabalho por parte dos percentis das classes baixas, quando comparados aos das classes médias. As taxas mais altas de crescimento nessas classes permitiu, em termos longitudinais e tendencialmente a diminuição das distâncias absolutas das rendas entre as classes. Contudo, vale lembrar que, por vezes, essa distância permaneceu grande (como no caso dos percentis mais ricos).

Por fim, cabe ressaltar que este trabalho é um esforço inicial para realizar uma análise que conjugue a dimensão das classes/ocupações e da renda. No entanto, apresentou apenas um resultado parcial, dado que é necessário analisar a dinâmica da renda no interior das classes. Além disso, é preciso considerar que, em termos de renda do trabalho, as classes baixas e médias de acordo com o modelo aqui utilizado, são

bastante heterogêneas. E sua definição não é algo incontroverso. Assim, é preciso testar outros modelos de classe, sobretudo, no que diz respeito à delimitação das classes médias (delimitação que suscita grandes polêmicas), a fim de verificar como se verifica o nível da heterogeneidade/desigualdade interna de renda e como se apresentariam os resultados de uma análise similar nesses modelos. Dada a centralidade ocupacional na diferenciação das classes e, ao mesmo tempo, a importância da distribuição de renda para as desigualdades, é preciso testar modelos de classes, tendo em vista as possibilidades de correlação, pelo menos de forma mais direta, entre as duas variáveis.

## 9) Bibliografia

- ADAMOVSKY, E. “«Clase media»: reflexiones sobre los (malos) usos académicos de una categoría” . *Nueva Sociedad*, nº 247, septiembre-octubre, 2013, pp. 38 – 49.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. *Classes médias e política no Brasil*. Paz e Terra, 1977.
- ARRETICHE, M. Apresentação. In: ARRETICHE, Marta (Org.), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*, São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.
- BARBOSA, M. I. “Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?” *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, Vol. 10, No. 1, p. 129-142, 1998.
- BUSSOLO, M., MALISZEWSKA, M., MURARD, E. The long-awaited rise of the middle class in Latin America is finally happening. *World Bank*, 2014.
- CARDOSO, A. M. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*, Ed. FGV, 2010.
- CARVALHAES, F., SOUZA, P. “Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil”. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, v.21.2, p.77-107, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011)”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014, pp. 101 a 128.
- CHAUVEL, L. *Les classes moyennes a la derive*. Editions du Seuil et La Republique des Idees, 2006.
- COELHO, E. C. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COSTA, B. *O drama da classe média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

COSTA, L. C. “Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil”. In: D. D. BARTELT (org) *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 43-55.

EHRENREICH, B. *O medo da queda*. São Paulo: Scritta, 1994.

\_\_\_\_\_., EHRENREICH, J. “The Professional-Managerial Class” In: WALKER, P. (Org.). *Between labor and capital*. Ed. South End Press, 1979.

GIDDENS, A. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

GRUSKY, D.; WEEDEN, K. “Class Analysis and the Heavy Weight of Convention”, *Acta Sociologica*, 2002, pp.229-236

HOPENHAYN, M. “Clases medias en America Latina: sujeto difuso en busca de definicion” In: BÁRCENA IBARRA, A.; SERRA, N.; (Org.) *Clases medias y desarrollo en América Latina*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2010; Barcelona: Fundación CIDOB, 2010.

KHARAS, H. "The emerging middle class in developing countries." OECD Development Centre, Working Paper, No. 285, 2010.

KERSTENETZKY, C. L. & UCHÔA, C. “Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média”. In: D. D. BARTELT (Org.) *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 16-31.

KINGSLEY, D.; MOORE, W. E. “Some Principles of Stratification”, *American Sociological Review*, abril de 1945, pp. 242-249.

LEAL, J. *Nova Classe Média: um debate científico ou ideológico?* Dissertação de Mestrado, IESP/UERJ, 2015.

LIMA, M.; PRATES, I. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETCHE, Marta (Org.), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

LIMA, R. *Os sentidos do diploma: percepções sobre mobilidade social através do ensino superior*. Tese de doutorado, IESP/UERJ, 2016.

MEDEIROS, M., SOUZA, P. H., & CASTRO, F. A. D. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012 *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 58(1), 2015.



\_\_\_\_\_. *Medidas de desigualdade e pobreza*. Editora Universidade de Brasília, 2012.

MEIRELLES, R. & ATHAYDE, C. *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*, São Paulo: Editora Gente, 2014.

MILANOVIC, B., YITZHAKI, S. "Decomposing world income distribution: Does the world have a middle class?." *Review of Income and Wealth* 48.2 (2002): 155-178.

MILLS, C. W. *White collar: The American middle classes*. Oxford University Press, 1969.

NERI, M. C. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres (The New Middle Class: The Brilliant Side of the Poor)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

\_\_\_\_\_. *A nova classe média*, mimeo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008a. Disponível em <[http://www.cps.fgv.br/cps/classe\\_media/](http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/)>, [consultado em 20-11-2014].

\_\_\_\_\_. *Miséria e a nova classe média na década da desigualdade*, mimeo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008b. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/desigualdade/>, [consultado em 20-11-2014].

PEUGNY, C. *Le déclassement*. Grasset, 2009.

POCHMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. *Nova classe média? : o trabalho na base da pirâmide social brasileira*, São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, N. *Classes in contemporary capitalism*. London: NLB, 1975.

PRZEWORSKI, A. "Proletariat into a Class: The Process of Class Formation from Karl Kautsky's The Class Struggle to Recent Controversies", *Politics and Society*, 1977 7: 343.

QUADROS, W. *A nova classe média brasileira: 1950-1980*. Diss. de mestrado, IE/UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_. *O "Milagre Brasileiro" e a expansão da nova classe média*. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, 1991.

\_\_\_\_\_., GIIMENEZ, D. M., ANTUNES, D. J. N. "Afiml, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos

anos 2000". In: BARTELT, D. D. (Org.), *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio, de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 32-42.

RAVALLION, M. "The developing world's bulging (but vulnerable) middle class." *World Development* 38.4 (2010): 445-454.

RIBEIRO, C. A. C. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. "Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo". *Sociologias*, Setembro-Dezembro, n 37, 178-217, 2014.

\_\_\_\_\_. C.; CENEVIVA, R.; BRITO, M. M. A. "Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010". In: ARRETCHE, Marta (Org.), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*, São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

SALATA, A. "Notas sobre a tese da nova classe média brasileira". *Observatório das Metrôpoles*. Rio de Janeiro, Maio, 2012, pp. 1- 20.

\_\_\_\_\_. "Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe", *Dados* Vol. 58, No. 1, pp. 111-150, 2015.

SAES, D. *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Vozes, 1975.

SANTOS, J. A. F. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SCALON, M. C. Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação. *Dados*, v. 41, n. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. SALATA, A. "Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica", *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, Maio/Agosto, 2012.

SOROKIN, P. A. "O que é uma classe social?" In: VELHO, O, G. PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A. R. (Orgs.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, RJ. Zahar Editores. 1977, pp. 84-93,

SOBRINHO, G. G. de F. X. "'Classe C' e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?". *Índice Econômico*. FEE, Porto Alegre, v. 38, n. 4, 2011, p. 67-80.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*, Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. “A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo” In: *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 56-68.

SOUZA, P. H. G. F., CARVALHAES, F. A. O. “Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011)”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014, pp. 101 a 128.

STAVENHAGEN, R. “Estratificação Social e Estrutura de classes” In: VELHO, O, G. PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A, R. (Orgs.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, pp. 133-170.

THUROW, L. “A Surge in Inequality”. *Scientific American*, 256, 1987, pp. 30-37.

WRIGHT, E. O. *Classes*. London: Verso, 1985.